



Eletrônicar

Únicas usinas nucleares em operação no país, Angra 1 e Angra 2, instaladas em Angra dos Reis (RJ), respondem por 3% da energia elétrica consumida pelos brasileiros



Senado debate suspensão de usinas nucleares

Comissão de Infraestrutura decidiu realizar audiência pública para analisar a suspensão, por 30 anos, da construção de usinas nucleares no país. Projeto nesse sentido seria votado ontem no colegiado, mas senadores resolveram buscar mais informação sobre o assunto. 8



Vanessa Grazziotin, Claudionor Muniz e Rafael Claros participaram da audiência

Entidades cobram políticas para acabar com conflitos na Amazônia

Se não houver presença efetiva do Estado na Amazônia, os assassinatos por conflitos agrários vão continuar, segundo afir-

maram representantes de trabalhadores rurais em audiência sobre os trabalhos de comissão externa do Senado. 5



Luis Afonso Bermúdez, da UnB; Rodrigo Rollemberg (C) e Gim Argello, na CCT

Linha de financiamento no Centro-Oeste será voltada para inovação

O Fundo de Financiamento do Centro-Oeste lançou recursos para ciência, tecnologia e inovação. A formação de

parcerias entre universidades e empresas e o uso de fundos constitucionais foram discutidos em seminário na CCT. 3

Grupo de trabalho vai combater corrupção 6

Sebrae pede apoio para alterar tabela do Simples 3

Aprovados embaixadores da Eslovênia e Santa Lúcia 2

Definidas regras para trabalho de pescadores 5

Tráfego de pessoas, um negócio de US\$ 34 bi 4

Suspeito nega à CPI ter desviado direito autoral

Funcionário da União Brasileira de Compositores disse desconhecer o esquema que rendeu R\$ 130 mil em direitos autorais a um falso compositor gaúcho. 6



Representante da Cruz Vermelha, Vítor Ferreira (E) rebateu acusações em audiência presidida por Cícero Lucena (C)

Denúncias contra Cruz Vermelha surpreendem

Audiência discutiu atendimento precário prestado pela Cruz Vermelha Brasileira na administração de hospital na Paraíba. 7

Nomes para as embaixadas brasileiras na Eslovênia e em Santa Lúcia serão analisados pelo Plenário; quatro aeronaves antigas irão para a Bolívia

Comissão aceita diplomatas e doação de helicóptero

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem pareceres favoráveis aos nomes indicados pela Presidência da República para as embaixadas da Eslovênia e de Santa Lúcia – respectivamente Gilberto Fonseca Guimarães de Moura e Joaquim Augusto Whitaker Salles.

As duas mensagens presidenciais, que tiveram como relator Anibal Diniz (PT-AC), agora serão votadas pelo Plenário.

Na exposição aos senadores, o ministro de primeira classe Guimarães de Moura ressaltou a possibilidade de cooperação com a Eslovênia em ciência e tecnologia. Ele vê um “grande nicho” em pesquisas sobre câncer e células-tronco.

O embaixador indicado anunciou sua intenção de “sofisticar” as exportações para a Eslovênia, com mais produtos de alto valor agregado, e de ampliar a cooperação na área cultural, especialmente na divulgação da música clássica brasileira.

Santa Lúcia

O ministro de segunda classe Whitaker Salles falou da apro-

ximação do Brasil com o Caribe, citando a abertura de oito embaixadas na região desde 2005.

Ele lembrou que os países do Caribe mantêm um “bloco coeso”, capaz de influenciar importantes negociações internacionais e “favorecer interesses do Brasil”.

O comércio bilateral com Santa Lúcia, informou o embaixador indicado, teve um “impressionante salto” desde 2007. Naquele ano, o fluxo comercial foi de US\$ 4 milhões. Em 2010, chegou a US\$ 2,75 bilhões, por causa de exportações brasileiras de petróleo para o país.

Whitaker citou a conquista de dois prêmios Nobel por cidadãos de Santa Lúcia, um país que tem apenas 161 mil habitantes – um de Economia e outro de Literatura.

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou que considera o Caribe tão importante quanto a América do Sul para os interesses brasileiros.

A senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), por sua vez, lembrou que é mais fácil para os habitantes do Amazonas chegar por terra ao Caribe, por

meio da Venezuela, do que ao Centro-Sul do Brasil.

Helicópteros

A Comissão de Relações Exteriores aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 44/11, que autoriza o país a doar quatro helicópteros H-1H à Força Aérea da Bolívia. O relator da matéria, Anibal Diniz, explicou que são da “frota em desativação” da Força Aérea Brasileira e que a doação seria uma “contribuição ao país irmão”.

Tendo também como relator Anibal Diniz, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 638/10, que trata da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, recebeu parecer favorável da comissão. Seguindo recomendação do Ministério das Relações Exteriores, a convenção foi aprovada com reservas.

Também recebeu parecer favorável o PDS 184/11, que trata de acordo com a Suíça sobre o exercício de atividades remuneradas por familiares de membros de missões diplomáticas. O relator foi o senador José Agripino (DEM-RN).



Presidida por Collor (C), comissão aprova indicações de novos embaixadores

Marcia Kallum/Senado Federal

Eslovênia



Santa Lúcia



Fonte: CIA World Factbook

Dilma na ONU é motivo de orgulho, afirma Lídice

Lídice da Mata (PSB-BA) falou em Plenário do discurso da presidente Dilma Rousseff na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York.

A senadora disse ter se sentido orgulhosa por ter sido Dilma a primeira mulher na história da ONU a abrir o evento. Lídice elogiou a presidente pela “postura de altivez” com

que pronunciou seu discurso, defendendo a paz no mundo e o crescimento econômico do Brasil vinculado ao objetivo de promover a inclusão social dos mais pobres.

Pimentel destaca, do discurso, crise mundial



José Pimentel (PT-CE) disse que Dilma Rousseff, no discurso na ONU, levou para o debate temas que fazem parte da agenda de vários países, mas não são enfrentados pelos organismos internacionais. Destacou trecho em que ela analisou a crise econômica internacional.

– O pronunciamento traz um conforto, um ânimo, e apresenta saídas. Diz ela: “Esta crise é séria demais para que seja administrada por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas, como todos os países sofrem as consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções”.

Humberto Costa fala da “firmeza” da presidente



O líder do governo no Senado, Humberto Costa (PT-PE), elogiou o discurso de Dilma Rousseff na ONU. Ele considerou firme a postura da presidente na defesa da criação do Estado palestino e de assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

– Foi com essa posição firme, democrática, que a presidente demonstrou seu orgulho por ser a primeira mulher a discursar na abertura de uma Assembleia Geral da ONU. Todos nós, brasileiros e brasileiras, sentimos orgulho do país em que vivemos e da presidenta que governa este país.

Senado comemora 86 anos do Centro Belas Artes

Os 86 anos do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo foram celebrados ontem em Plenário. A homenagem foi proposta pela 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP). Inaugurada em 23 de setembro de 1925, por iniciativa de Pedro Augusto Cardim, a então Academia de Belas Artes esteve diretamente ligada à cena cultural paulista do século 20.



Marta (C), ao lado do reitor Paulo Antonio Cardim e de três diretoras do Belas Artes

Geovani Borges (PMDB-AP) destacou a importância da biblioteca da instituição e do Museu de Belas Artes de São Paulo.

Coautor do requerimento de homenagem, Cristovam Buar-

que (PDT-DF) registrou o reconhecimento da instituição pelo Ministério da Educação como um centro de ensino de ponta no país. Também participaram

da homenagem Sérgio Souza (PMDB-PR), Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), o reitor do centro universitário, Paulo Antonio Cardim, e diretoras da instituição.

Correção

O **Jornal do Senado** errou na publicação das fotos de matérias sobre dois debates, ambas na página 7 da edição de ontem. Foram trocadas as imagens da audiência pública sobre educação especial – coordenada pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC) e promovida pelas comissões de

Direitos Humanos (CDH) e de Educação (CE) – e da audiência pública sobre o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, coordenada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e promovida também pela CDH, em conjunto com a Subcomissão das Pessoas com Deficiência.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão dedicada a discursos

9h A sessão plenária de hoje é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

CRA Reforma do Código Florestal

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove seminário para debater o novo Código Florestal. O deputado Aldo Rebelo, o prefeito de Vilhena (RO), José Luiz Rover, e a secretária de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, Nanci Rodrigues da Silva, estão entre os convidados.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às **9h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Em encontro com representantes dos empresários, Sarney (D) garante prioridade quando o projeto chegar ao Plenário

Sebrae pede apoio a reajuste na tabela do Simples

O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Luiz Barreto, pediu ontem ao presidente do Senado, José Sarney, apoio à aprovação do projeto de lei complementar (PLC 77/11) que reajusta as faixas e o teto da receita bruta anual para enquadramento de empresas no Sistema Simplificado de Pagamento de Impostos (Simples).

Ele veio acompanhado do presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comicro), José Tarcisio da Silva. Sarney prometeu prioridade à matéria assim que ela chegar ao Plenário.

– A pauta do Plenário está trancada por algumas medidas provisórias, mas esse será um dos projetos preferenciais quando a pauta for destrancada – afirmou o presidente do Senado.

Em defesa do projeto, o presidente do Sebrae destacou que a maior parte dos empregos está hoje nas micro e pequenas empresas. Ele também disse que as empresas desse porte estimulam o crescimento e são importantes para a superação da crise mundial.

Novas regras

Veja como ficam as faixas para enquadramento no Simples com o reajuste de 50% previsto no PLC 77/11

▶ **microempreendedores individuais**

R\$ 60 mil

▶ **microempresas**

R\$ 360 mil

▶ **pequenas empresas**

R\$ 3,4 milhões

– O regime do Supersimples representa um ganho tributário em torno de 40% e, ampliando as faixas, você vai ter em torno de mais 500 mil empresas que vão poder usufruir desse novo sistema – disse.

O texto prevê reajuste de 50% nas faixas de receita bruta anual para enquadramento no Simples Nacional (veja infográfico). Também autoriza o parcelamento, em até 60 meses, dos débitos junto aos órgãos de arrecadação. A medida inclui tributos federais, o Imposto sobre Serviços

(municipal) e o sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (estadual).

Resistências

As novas regras para enquadramento no Simples enfrentam resistência dos estados. Em visita a Sarney, na semana passada, os secretários da Fazenda do Maranhão, de Goiás, de São Paulo e de Minas Gerais afirmaram que a correção da tabela pode reduzir a arrecadação e comprometer as finanças estaduais.

No entanto, para o senador José Pimentel (PT-CE), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), as mudanças vão estimular muitas empresas a sair da informalidade, gerando aumento de arrecadação.

– Em 2006, quando nós criamos o Simples Nacional, 100% dos secretários de Fazenda estaduais eram contra e diziam que iriam perder mais de 1 bilhão de reais em 2007. Terminado 2007, eles não perderam um centavo. E, de 2007 a 2010, tiveram crescimento real de arrecadação – defendeu Pimentel, que também participou do encontro de ontem, junto com Cyro Miranda (PSDB-GO).



Moreira Mariz/Senado Federal

Clésio: “Uma infraestrutura ampla e bem cuidada atrairia investimentos”

Clésio quer mais investimentos em transportes

Os investimentos em infraestrutura de transportes no Brasil são muito baixos, afirmou Clésio Andrade (PR-MG), “e precisam aumentar urgentemente”. Segundo o senador, as estradas estão mal cuidadas, o que gera acidentes e mortes, e encarece a logística da produção no país.

– A atrofia nos transportes gera gargalos que impedem a expansão econômica, limitam as iniciativas empresariais e conduzem à dificuldade de crescimento econômico – disse.

Para Clésio, o Brasil precisa implantar pelo menos mais 500 quilômetros de metrô e mais 15 mil quilômetros de rodovias, melhorar portos e aeroportos e “investir pesado” no transporte hidroviário.



Moreira Mariz/Senado Federal

Bauer pede inclusão de cota no acordo de livre comércio com a União Europeia

Bauer defende cota de exportação de carne de pato

Paulo Bauer (PSDB-SC) pediu que os representantes brasileiros nas negociações do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia tentem incluir nelas uma cota de carne de pato para as exportações brasileiras. O senador dirigiu o apelo à presidente Dilma Rousseff. A sexta rodada de negociações está marcada para os dias 7 a 11 de novembro, no Uruguai.

Bauer sugeriu uma cota de 20 mil toneladas por ano, “um número factível dentro de nossa realidade produtiva”. Informou que as exportações de carne de pato para a União Europeia já rendem a Santa Catarina o equivalente a US\$ 210 milhões por ano. A cota aumentaria o faturamento para US\$ 32 milhões/ano, gerando mais emprego e renda.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Geovani: Miriam Belchior deve dar direito de defesa a amapaenses

Geovani Borges elogia ministra do Planejamento

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) cumprimentou a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, pela disposição de garantir o direito de defesa a servidores públicos remanescentes do antigo território do Amapá contra sua exclusão da folha de pagamento da União.

– Essa luta perdura há mais de 20 anos – disse.

Cerca de 1.050 servidores federais do Amapá têm sido recadastrados. O TCU determinou a retirada imediata daqueles que não demonstrarem seu vínculo com a União antes da promulgação da Constituição de 1988, mas Miriam Belchior garantiu, segundo o senador, que todos terão direito a comprovar a regularidade de sua situação.

Centro-Oeste ganha nova linha de financiamento

Seminário revela que há recursos públicos para ciência, tecnologia e inovação em todos os setores da economia

O FUNDO CONSTITUCIONAL de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) lançou nesta semana uma linha de financiamento específica para a área de ciência, tecnologia e inovação. Um dos objetivos é estimular a parceria entre universidades e empresas para a geração de inovações tecnológicas. A formação de parceiras e o uso de fundos como o FCO foram discutidos em seminário promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) a pedido de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Chefe de gabinete da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Henrique Oliveira informou que há linhas de financiamento

do FCO para os mais diversos setores da economia dos estados do Centro-Oeste e do Distrito Federal. Somente para o DF, disse Oliveira, no início deste ano havia cerca de R\$ 900 milhões para projetos no setor da indústria.

Além do FCO, que tem foco nas empresas, Oliveira lembrou que haverá recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), que poderão ser utilizados para estimular inovações tecnológicas. O FDCO visa financiar projetos do governo e a previsão é de que tenha R\$ 4,8 bilhões no Orçamento da União para 2012. Desse valor, R\$ 1,2 bilhão seria reservado a Brasília e ao Entorno.



Márcia Kollme/Senado Federal

Luís Bermúdez (E), Rollemberg, Argello e José Sobrinho Barros: estímulo oficial

Parque tecnológico exige incubadoras de empresas

Outro assunto abordado foi a implantação de parques tecnológicos, como o Parque Tecnológico Capital Digital, conhecido como Cidade Digital, projetado para ser construído em Brasília. A expectativa é que esses parques, ao concentrarem em um mesmo local empresas e instituições de pesquisa, resultem em inovações tecnológicas, maior competitividade e mais empregos, entre outras consequências.

Para o professor Luís Afonso Bermúdez, diretor do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da UnB, “antes de ir para esses parques, é preciso criar massa crítica”, papel das incubadoras de empresas.

– Se a incubadora é como uma graduação, o parque tecnológico é como uma pós-graduação.

“Vales do Silício” dependem de vários fatores

Já Giuseppe Marrara, diretor de Assuntos Governamentais da Cisco do Brasil, que representou o governo norte-americano, afirmou que “não é possível reproduzir um caso como o do Vale do Silício em qualquer cidade do mundo”.

– E muitas cidades do mundo estão tentando isso. É inocência. É preciso foco – disse.

Segundo Marrara, para que um parque tecnológico se viabilize é necessário atrair “uma massa crítica de empregados, empresas, capital de risco, serviços advocatícios e contábeis, ou seja, é preciso que haja todo um ecossistema de consumo, demanda e serviços”. Por isso, os países mais ricos desenvolvem apenas um ou dois polos tecnológicos.

Governador de Mato Grosso reclama ajuda para ferrovia

O governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, reuniu-se com o presidente do Senado, José Sarney, para discutir o financiamento da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, que integrará Mato Grosso aos estados de Goiás, Tocantins e Rondônia. Incluída na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), a ferrovia ainda não saiu do papel.

– Como o presidente Sarney é o idealizador da Ferrovia Norte-Sul, vim aqui pedir ajuda para viabilizar a Ferrovia Centro-Oeste, que parte da Norte-Sul, no estado de Goiás, cortando o Mato Grosso e chegando a Rondônia – explicou o governador.

Silval Barbosa assinalou que seu estado é o maior produtor de grãos do país, mas tem dificuldades no transporte da produção.

Cifras são alcançadas mediante prostituição, adoção ilegal de crianças, escravidão, trabalho forçado e remoção de órgãos, aponta procuradora

Tráfico de pessoas movimentada US\$ 34 bi por ano

O TRÁFICO INTERNACIONAL de seres humanos movimentada US\$ 34 bilhões anualmente e só perde para o de drogas e o de armas. As cifras dão uma ideia da dimensão do crime, cada vez mais organizado e difícil de ser combatido, na opinião da procuradora do Trabalho Daniele Corrêa. Ela foi uma das participantes da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para marcar o Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.

A prostituição não é o único fator motivador do crime. A adoção ilegal de crianças, a escravidão, o trabalho forçado e até a remoção de órgãos para transplantes também foram abordados por senadores e convidados ao debate.

Para combater o problema, a procuradora do Trabalho reivindicou mudança urgente no Código Penal, cujo artigo 231 trata apenas do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

– Tal artigo tem que ser mais amplo, envolvendo outras finalidades, além da exploração sexual; daí a importância da atuação do Legislativo – defendeu.

Mulheres

As mulheres são a maioria das vítimas, o que pode ser explicado por razões históricas e culturais, de acordo com Lídice da Mata (PSB-BA).

– Historicamente a mulher sempre foi vista como pertence de alguém. Primeiro do pai; depois do marido – afirmou.

A Espanha é o país onde as brasileiras se encontram em pior situação. Segundo a chefe da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty, Luiza Lopes, os traficantes fazem com que as vítimas circulem de cidade em cidade, não ficando mais do que 15 dias em cada uma.

– Isso as impede de conhecer pessoas, fazer relacionamentos, criar vínculos sociais e ainda dificulta o acesso a informações – explicou.



Deysiane Farias Pontes (E), Fernanda dos Anjos, Jair Meneguelli, senador Paulo Paim, Maria de Andrade, Daniele Corrêa e Luiza Lopes, no debate de ontem

Grandes obras no Norte e Nordeste induzem exploração

A secretária executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Karina Figueiredo, alertou para o aumento da exploração sexual de adolescentes em função da realização de grandes obras, principalmente no Norte e no Nordeste do país.

Ela relatou que esteve recentemente no distrito de Jaci-Paraná, em Porto Velho, que tem 4 mil habitantes e recebeu mais de 50 mil trabalhadores para construções de hidrelétricas na região. O resultado foi a proliferação de bares e prostíbulos e a exploração sexual de jovens, sem nenhum tipo de fiscalização.

– O Brasil vai ser a quinta economia do mundo à custa da violação dos direitos humanos?

Karina Figueiredo lamentou o fato de as questões sociais não serem levadas em conta nos relatórios socioambientais que

são exigidos em obras de grande porte.

– Há migrações de massas de trabalhadores e, depois das obras, sobram um rastro de violência, filhos sem perspectivas e doenças sexualmente transmissíveis. E muitas dessas obras são feitas com dinheiro do BNDES, em nome do desenvolvimento econômico – afirmou.

O crescimento econômico do Brasil provocou alteração no panorama do tráfico humano. A diretora do Departamento de Justiça da Secretaria Nacional de Justiça, Fernanda dos Anjos, lembrou que o país não envia ao exterior, mas recebe estrangeiros irregularmente, principalmente africanos, chineses, coreanos, bolivianos, paraguaios e peruanos.

– Em geral, eles são explorados pela indústria têxtil, pela pirataria de eletrônicos e até pelo tráfico de drogas.

Na tentativa de mudar o quadro de Jaci-Paraná, o Serviço Social da Indústria

(Sesi) vai instalar em breve uma unidade no local para atender a crianças de até 14 anos com cursos profissionalizantes e projetos sociais, segundo anunciou o presidente do Conselho Nacional da entidade, Jair Meneguelli.

– Muitas ações têm sido feitas, mas é preciso mais organização. Temos que formar uma rede do bem, ainda maior que a rede criminosa de exploração – disse.

A CDH ainda ouviu o depoimento emocionado de uma moradora da Ilha de Marajó que teve a filha sequestrada e levada para a França, onde viveu em condições degradantes até conseguir fugir de volta ao Brasil. Hoje, a vítima tem problemas mentais, relatou a mãe.

Os participantes também assistiram ao vídeo sobre o projeto Carinho de Verdade, desenvolvido pelo Sesi em parceria com a Rede Globo e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.



Senadora fez apelo a Dilma para manutenção de acordo que beneficia crianças no semiárido

Lídice pede confirmação de acordo com Unicef

Lídice da Mata (PSB-BA) fez apelo para que a presidente Dilma Rousseff abraça a iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) de fazer com o Brasil o pacto “Um mundo para a criança e o adolescente do semiárido”. O objetivo do acordo, firmado em 2004 e ratificado em 2007 pelo então presidente Lula, é o de reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes.

A senadora explicou que o pacto tem a participação de entidades civis e dos governos dos 11 estados do semiárido – Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Esta semana, Lídice da Mata teve audiência com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e representantes do Unicef para apresentar o programa ao governo.

– Tivemos muitas conquistas com o pacto da infância – afirmou.

Vanessa lembra dia contra tráfico humano

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou ontem em discurso que hoje é o Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, celebrado em toda a América Latina. Segundo ela, 90% das vítimas de tráfico são mulheres e crianças.

A senadora fez um balanço das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, presidida por ela.

Em seis meses de trabalho, já prorrogado por igual período, a CPI realizou audiências públicas em Manaus, Belém, Salvador, Rio de Janeiro e Brasília. Foram ouvidos representantes do governo federal, dos estados e de organizações não governamentais (ONGs).

Em breve, será realizada audiência em São Paulo, a maior cidade do país, que concentra atividades relacionadas ao tráfico de pessoas.

– Se a CPI der conta de propor uma mudança na lei, que depois seja colocada em prática de forma rápida, estaremos prestando um grande serviço à sociedade, às vítimas do tráfico – disse.

Vanessa também lembrou os 27 anos de fundação da União da Juventude Socialista (UJS), entidade fundada em 22 de setembro de 1984 que realiza trabalho de base no movimento estudantil.



É preciso proteger as mulheres de todas as formas de violência, diz Ana Rita

Ana Rita celebra pacto pelas mulheres no ES

Ana Rita (PT-ES) comemorou a assinatura da repactuação estadual do Plano Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A medida foi assinada na sede do governo do Espírito Santo pela ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, pelo governador Renato Casagrande e por representantes do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público.

A senadora classificou a repactuação como um “passo fundamental” para reduzir os elevados índices de assassinatos de mulheres no estado:

– É preciso proteger as mulheres de todas as formas de violência – disse.

Segundo o novo acordo entre a União e o Espírito Santo – que confirma e amplia o plano originalmente assinado em 2008 –, será aumentado o repasse de verbas para atendimento às mulheres e estendida a estrutura de serviços para proteção contra a violência doméstica.



Para Eunício, saber mais sobre o narcotráfico tornará as políticas de combate mais eficazes

Eunício lamenta avanço do crack no Ceará

O tráfico e o consumo de drogas se alastram com muita velocidade no Ceará, segundo Eunício Oliveira (PMDB-CE), apesar do empenho do governo em desenvolver ações de prevenção e combate às drogas, em especial ao crack.

– Essa droga causa terríveis problemas de saúde e sociais. Além do usuário, o crack atinge os familiares do viciado e prejudica vários setores da sociedade – disse.

Eunício afirmou que as drogas são em, sua maioria, produzidas em zonas de fronteiras. De acordo com o senador, a capacidade de distribuição tem apoio em uma logística que atende a um caráter comercial. Assim, o tráfico busca abastecer o consumidor de forma constante.

– É preciso conhecer mais para que as políticas públicas de combate sejam mais eficazes. O narcotráfico e o crack são problemas de todos nós, brasileiros – afirmou.

Projeto dá garantias a pescador que trabalha em parceria

Projeto que inclui na Política Nacional de Aquicultura e da Pesca (Lei 11.959/09) o pescador artesanal que trabalha em parceria com o dono do barco, sem vínculo trabalhista, foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa. A proposta também define regras para contratos na pesca industrial. Como foi modificado pelo relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), haverá um segundo turno de votação.

O relator explica que veto da Presidência da República excluiu a pesca em parceria quando da sanção da lei, sob a justificativa de falta de definição de contratação comercial e insuficiente caracterização da prática.

O veto gerou "incômodas lacunas no ordenamento jurídico", o

que motivou a apresentação do projeto (PLS 423/09) pelo senador licenciado Garibaldi Alves Filho. O relator diz ainda que a prática de contrato de parceria na pesca profissional está presente em todo o litoral, envolvendo grande número de pescadores.

O projeto determina que a remuneração ao pescador seja dividida em uma parte fixa, em dinheiro, e outra a ser estabelecida por percentual do resultado da pesca. Quanto à parte fixa, o menor valor a ser pago ao pescador deverá ser equivalente ao piso salarial da categoria. Em relação ao resultado da pesca, o percentual a ser pago ao pescador será fixado em acordo coletivo, com pagamento, no máximo, após três viagens de atividade pesqueira.



Acir Gurgacz preside a reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Catador de caranguejo pode ter seguro-desemprego no defeso

Os catadores de caranguejo que exerçam suas atividades de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, poderão receber o benefício do seguro-desemprego no período do defeso – quando a atividade é proibida para garantir a reprodução da espécie. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pela CRA e segue para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será votado em decisão terminativa.

O relator na CRA, Waldemir Moka (PMDB-MS), lembra que o seguro-desemprego já é concedido aos pescadores artesanais, no período do defeso.

Ao manifestar seu voto favorável ao projeto (PLC 53/11),

apresentado pela deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), o senador afirma que "o caranguejo-uçá é um dos mais importantes componentes da fauna dos manguezais brasileiros, presente desde o Amapá até Santa Catarina".

O relator observa que o respeito ao período de defeso é essencial para que a espécie seja preservada, mas lembra que "milhares de catadores ficam sem parte importante de sua renda e sujeitos às sanções da legislação de crimes ambientais", o que justifica o acesso ao benefício.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também elogiou a iniciativa de Elcione Barbalho.

Acir Gurgacz relata encontro com ministro da Pesca

Acir Gurgacz (PDT-RO) relatou audiência com o ministro da Pesca e da Aquicultura, Luiz Sérgio, na qual pediu mais atenção ao setor pesqueiro de Rondônia. Acompanhado de lideranças do setor e de outros parlamentares, o senador reivindicou mais recursos para obras nos terminais pesqueiros de Porto Velho e Rolim de Moura e a conclusão de uma fábrica de gelo em Ariquemes.

Gurgacz informou que seu estado produz 12 mil toneladas de pescado por ano. É o terceiro lugar entre os estados amazônicos, e o primeiro na produção de peixe em cativeiro. O senador citou projetos do governo de Rondônia para desenvolver a piscicultura em lagos de usinas hidrelétricas, que podem elevar

a produção para 800 mil toneladas/ano. Segundo ele, o ministro se comprometeu a ajudar e disse que em 8 de outubro estará em Cacoal (RO) entregando máquinas para piscicultores.

Gurgacz festejou ainda a aprovação de dois projetos pela Comissão de Agricultura (CRA), que preside. O primeiro, PLS 423/09, garante à pesca os benefícios concedidos à atividade agropecuária. O segundo, PLC 53/11, inclui os catadores de caranguejo entre os beneficiados com o seguro defeso na época da reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida. O senador anunciou ainda que a CRA realiza audiência pública, hoje, em Vilhena (RO), para debater a reforma do Código Florestal.

Assassinatos de trabalhadores rurais no Pará e em Rondônia só acabarão quando houver políticas públicas fortes para a região, alegam representantes de camponeses



Diretor da Polícia Civil, Claudionor Muniz fala na audiência, entre Jayme Asfora, Vanessa Grazziotin e Rafael Claros

Entidades cobram ação do Estado em conflitos agrários

ENQUANTO NÃO HOUVER presença efetiva do Estado na Amazônia, com políticas públicas fortes para a região, os assassinatos por conflitos agrários vão continuar. O alerta foi feito por representantes de associações de trabalhadores em audiência pública para debater os trabalhos da comissão externa do Senado criada para verificar *in loco* os assassinatos de trabalhadores rurais no Pará e em Rondônia.

A inércia da União em relação aos conflitos agrários e ambientais a torna responsável por eles, segundo o representante da Associação dos Camponeses da Amazônia (Asscedam), Rafael Oliveira Claros. Para ele, nada disso estaria acontecendo se houvesse políticas públicas na região, incluindo o aparelhamento das polícias civil e militar, a implantação de postos de saúde e ações voltadas para a capacitação de servidores no relacionamento com movimentos sociais.

A mesma opinião tem o representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Joaquim Belo. Ele defende a criação de uma frente para obrigar o Estado a implantar políticas para o setor madeireiro e para quem vive da floresta. Para ele, não só o Estado, mas também a sociedade tem sua parcela de culpa nos conflitos por terras naquela região.

Impunidade estimula violência na Amazônia, segundo a OAB

A certeza da impunidade é o maior problema na questão dos conflitos agrários nos estados do Pará, do Amazonas e de Rondônia, assinalou o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Jayme Jemil Asfora Filho.

– A questão do crime e da violência a gente tem que procurar minorar, mas eles só proliferam e acontecem, e à luz do dia, devido à convicção da impunidade – afirmou o representante da OAB.

Ele sugeriu à comissão externa de senadores que investiga o assassinato de trabalhadores na região Norte a realização de levantamento de todos os processos decorrentes de crimes no campo e que estão parados na Justiça, correndo o risco de prescreverem.

– Com esse levantamento, nós, da OAB, poderemos fazer um esforço para apurar, por meio do Conselho Nacional de Justiça, se está havendo má conduta de juízes – declarou.

O diretor-geral da Polícia Civil de Rondônia, Claudionor Muniz, fez um relato sobre os trabalhos de investigação e prisão do suposto culpado pelo assassinato do líder camponês Adelino Ramos, dia 27 de maio deste ano, no Pará. Muniz

explicou que Ozias Vicente, suposto autor do crime, está preso, mas poderá ser solto por excesso de prazo, devido a uma ação de conflito negativo de competência entre a Polícia Federal e a estadual para julgar o caso, que agora está no Superior Tribunal de Justiça.

Muniz também falou sobre o Plano Integrado para a Redução da Violência no Campo, implantado em parceria com várias secretarias de estado da região amazônica, com o objetivo de fazer um levantamento sobre todos os crimes ocorridos devido a conflitos agrários. Embora considere um bom plano, deixou um alerta aos demais participantes da audiência:

– Não será possível combater a violência somente com a polícia. Precisamos também de desenvolvimento nas áreas de saúde, educação e outras, por meio de parcerias com o Executivo federal – alegou o diretor-geral.

A audiência pública foi realizada em conjunto pelas subcomissões permanentes da Amazônia, que funciona no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), e da Amazônia e da Faixa de Fronteira, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Audiência vai subsidiar o relatório da comissão

A audiência de ontem para debater os trabalhos da comissão externa do Senado que acompanha as investigações dos assassinatos de trabalhadores rurais no Pará e em Rondônia será utilizada como subsídio na elaboração do relatório da comissão. A afirmação foi feita por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que presidiu os debates.

No início da reunião, a senadora informou duas visitas a

áreas de conflito agrário. Lembrou também que depois da ocorrência de diversos assassinatos na região, vários em maio deste ano, a própria presidente da República, Dilma Rousseff, reuniu-se com os governadores do Pará, Amazonas e Rondônia, para discutir ações.

– O Brasil precisa considerar a região amazônica como prioritária – afirmou Vanessa.

Reditario Cassol (PP-RO) afir-

mou que é preciso mudar o Código Penal, para que a Justiça possa atuar bem nos processos que envolvem crimes em conflito agrário. Outra solução, segundo ele, é o governo destinar as terras desocupadas na Amazônia para assentamento, de forma similar ao programa Minha Casa, Minha Vida.

– Precisamos criar lei para um "Minha Terra, minha Vida" – aconselhou o parlamentar.

CPI do Senado ouviu ex-funcionário da União Brasileira de Compositores acusado de desviar pagamentos de direitos autorais; suspeito negou envolvimento em esquema

Ecad pagou R\$ 130 mil a falso compositor gaúcho

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Escritório de Arrecadação e Distribuição (Ecad) ouviu ontem o ex-empregado da União Brasileira de Compositores (UBC) Rafael Barbur Côrtes. Ele é investigado no Rio por suposto envolvimento num esquema em que foram pagos R\$ 130 mil em direitos autorais a um falso compositor.

Côrtes negou participação no esquema e disse que tem recebido telefonemas ameaçadores.

O presidente da CPI, Raulo Rodrigues (PSOL-AP), ofereceu a Côrtes a oportunidade de falar, em sigilo, a respeito de suas suspeitas em relação às ameaças.

– Quem estiver fazendo ameaças vai se dar mal, pois vamos pegar – afirmou Raulo, acrescentando que a Polícia Federal deverá investigar o caso.

A fraude foi denunciada pela própria UBC, uma das entidades que integram o Ecad. Côrtes disse que percebeu inconsistências nos dados do falso compositor e, então, alertou a entidade.



Rafael Barbur Côrtes (2º à esq.) fala aos senadores da CPI do Ecad

O motorista Milton Coitinho, de Bagé (RS), foi inserido no sistema do Ecad e a ele foi atribuída a autoria de músicas. Os pagamentos foram feitos a Bárbara de Mello, funcionária da UBC e procuradora do falso compositor. Ela foi admitida na UBC por indicação de Côrtes, que é seu cunhado.

Já ouvido pela CPI, Coitinho disse que seu nome foi usado de forma fraudulenta e que não é músico. Bárbara de Mello afirmou que só conheceu Coitinho no momento da audiência. Admitiu que, na condição de

procuradora, recebeu 10% do valor supostamente devido a ele. Disse que fez dois saques e que entregou o dinheiro para que o cunhado levasse à UBC.

Indagado, Côrtes admitiu que estava ao lado dela nos saques. Ele atribuiu a uma pessoa que identificou como Daniela, do escritório da UBC em Minas Gerais, a responsabilidade de reunir a documentação do falso compositor. Disse que pediu à equipe de atendimento que checasse os dados, já que suas pesquisas indicavam ser um motorista de Bagé.

Gerente nega que sistema de pagamento facilite fraudes

O gerente executivo de Distribuição do Ecad, Mário Sérgio Campos, em depoimento à CPI, negou que seus sistemas sejam frágeis e facilitem fraudes.

– O sistema foi vítima de alguém que conhecia bem as regras – argumentou.

A questão foi apresentada por Lindbergh Farias (PT-RJ), relator da CPI. Mário Sérgio considerou justificável a manutenção de reserva para pagamento de direi-

tos por obras que demoram a ter autoria identificada, mas disse que a distribuição ocorre, nem que seja por rateio geral, após cinco anos sem identificação.

Raulo Rodrigues perguntou sobre o uso de recursos desse tipo de reserva para cobrir buraco nas contas do Ecad em 2004. Mário Sérgio salientou que o uso foi autorizado pelas associações de compositores, em assembleia geral onde o entendimento foi

de que o déficit prejudicava a alavancagem da arrecadação.

A Wagner Lira, diretor da empresa Direct, responsável pela auditoria das contas do Ecad de 2010, Lindbergh questionou a regularidade da distribuição de prêmio financeiro aos dirigentes do Ecad, por participação em resultados de arrecadação. Lira disse que não é possível contestar pagamentos baseados em aprovação da assembleia geral.

Collor quer esclarecer sigilo de informações

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) votará na próxima semana requerimento do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) de realização de audiência pública com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general José Elito Carvalho Siqueira, para debater o projeto de lei da Câmara (PLC 41/10) que regulamenta o acesso a documentos governamentais.

O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), que reiterou mais uma vez suas ressalvas ao texto proveniente da Câmara dos Deputados.

Ao abrir a reunião, Collor afirmou que as respostas de Elito Siqueira ao requerimento de informações enviado ao general na semana passada estão incompletas. Das oito perguntas contidas no requerimento, ob-

servou, apenas quatro obtiveram resposta. E, mesmo assim, segundo ele, genéricas.

– O GSI informa que acompanha a tramitação e aguarda a eventual aprovação do projeto, para posterior adaptação do órgão às novas regras. Coloca-se em posição passiva diante da matéria, apesar de ser, talvez, o maior interessado na nova lei – disse Collor, ao comentar o retorno obtido.

Simon vai coordenar grupo de trabalho anticorrupção

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem a criação de um grupo de trabalho para tratar do tema “Combate à corrupção e à impunidade”, sob coordenação de Pedro Simon (PMDB-RS). O senador havia requerido a criação de uma subcomissão temporária, mas a CDH já tem quatro, número máximo permitido.

– O requerimento do Simon estaria prejudicado. Mas tratase de um símbolo da sociedade brasileira no combate à corrupção. Além disso, o assunto é da mais extrema relevância – afirmou Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

Simon lamentou que o Brasil seja conhecido no mundo inteiro como o país da impunidade.

– Corrupção existe no mundo todo, mas nos outros países há punição rigorosa. Aqui, o máximo que acontece é exoneração de ministro. Basta pagar um bom advogado e não se pega um dia sequer de cadeia – disse.

O parlamentar revelou ainda que ficou “muito feliz e tranquilo” com o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff na Organização das Nações Unidas (ONU). Na opinião dele, a presidente acertou quando afirmou que não é por falta de recurso financeiro que os líderes dos países avançados ainda não encontraram solução para a crise, mas por falta de vontade política e de clareza de idéias. Ele elogiou Dilma por ter valorizado a mulher em seu discurso, além da democracia e da liberdade de imprensa por ter ficado na cadeia quando combateu a ditadura militar. O senador acrescentou que, ao contrário de Dilma, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama não acertou porque não falou para o mundo, mas para seu público interno, em busca da reeleição.

Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou com Simon, afirmando que Dilma “falou grande, como o Brasil já é”.

Comissão vai ouvir denúncia contra Ministério da Agricultura

Os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovaram ontem requerimento convidando Israel Leonardo Batista, ex-chefe da comissão de licitação do Ministério da Agricultura, para esclarecer denúncias de corrupção.

Em matéria divulgada pela *Folha de S. Paulo*, em 16 de agosto, Batista acusa o então ministro da Agricultura, Wagner Rossi, de implantar esquema de corrupção na pasta e denuncia a distribuição de propina pelo lobista Júlio Fróes.

O requerimento foi apre-

sentado pelos senadores do PSDB Alvaro Dias (PR) e Cyro Miranda (GO) e defendido pelo também tucano Flexa Ribeiro (PA). Sérgio Souza (PMDB-PR) foi contra o requerimento, com apoio de Waldemir Moka (PMDB-MS). Para eles, o governo já teria adotado medidas para esclarecer o assunto.

O encaminhamento contrário foi repudiado por Flexa Ribeiro, que protestou dizendo que o Senado não deveria se prestar ao papel de “vaquinha de presépio”. Blairo Maggi (PR-MT) também foi favorável ao requerimento.

Anibal defende projeto sobre documentos oficiais

Anibal Diniz (PT-AC) defendeu o projeto (PLC 41/10) que regulamenta o sigilo de documentos secretos do governo, na forma como foi aprovado pela Câmara. Ele criticou o substitutivo apresentado pelo relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE), Fernando Collor (PTB-AL).



Anibal: texto do relator traz retrocesso

Anibal afirmou que o substitutivo introduziu “retrocessos significativos” no texto original e foi “na contramão da transparência”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cícero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Acir Gurgacz • José Sarney • Paulo Paim

* Licenciado

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
 Reportagem: Cintia Sasse
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

JOÃO PESSOA SEDIA PRIMEIRO SEMINÁRIO DA CMO

Na próxima segunda-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza seminário na Assembleia Legislativa da Paraíba, em João Pessoa, para discutir com a população o projeto de Lei Orçamentária para 2012 e o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Os participantes poderão apresentar sugestões de emendas e discutir as duas propostas encaminhadas pelo governo ao Congresso Nacional no final de agosto e sua adequação à realidade do país. Também serão realizados seminários em Salvador, no dia 27; em São Paulo, no dia 29, e em Curitiba, no dia 30. Em outubro, a programação prossegue, nas seguintes datas e locais: no dia 1º, em Uberlândia (MG); no dia 3, em Campo Grande, às 9h, e Goiânia, às 16h; no dia 6, em Porto Velho, às 9h, e em Rio Branco, às 16h; no dia 17, em Vitória; e no dia 18, em Porto Alegre.

SENADO AGUARDA PROJETO QUE REGULAMENTA EMENDA 29

Cabe agora ao Senado o exame do projeto que regulamenta a Emenda 29, que estabelece regras para o investimento público em saúde, aprovada pela Câmara na quarta-feira. Por 355 votos a 76, os deputados derrubaram a proposta de criação de um novo imposto para financiar a saúde. Apresentado pelo então senador Tião Viana, o projeto dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por estados, Distrito Federal, municípios e União. O texto aprovado mantém a determinação de que a União destine o mesmo valor aplicado no ano anterior, acrescido da variação nominal do produto interno bruto ocorrida entre os dois anos anteriores. Os estados deverão aplicar pelo menos 12% da receita corrente bruta, e os municípios, 15%. O Distrito Federal deverá aplicar 12% ou 15%, conforme a origem da receita.

CASILDO MALDANER FAZ ANGIOPLASTIA E PASSA BEM

Acometido por um ataque coronariano, no Senado, Casildo Maldaner (PMDB-SC) submeteu-se a uma angioplastia no hospital Fundação Zerbini Incor, em Brasília, e passa bem. Na cirurgia, foi implantado um stent em uma veia coronária. O senador sentiu-se mal quando chegou ao Senado, na manhã da quarta-feira. Atendido pelo serviço médico da Casa, foi encaminhado ao Incor.

Romero Jucá elogia aquisição de lousa digital para escolas

Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou ação do Ministério da Educação para adquirir equipamentos como lousa digital e leitor em braile para as escolas públicas. De acordo com o senador, já foi definido o processo de licitação para a compra.

O sistema é avançado, muda a feição da aula normal, com quadro-negro, e dá outro padrão de qualidade ao ensino. Jucá pôs seu gabinete à disposição dos prefeitos de Roraima que desejem se habilitar para receber as lousas.

A lousa eletrônica é composta de um receptor e de uma caneta, que, acoplados ao projetor Proinfo (computador interativo utilizado em escolas públicas), permitem ao professor trabalhar os conteúdos disponíveis em uma parede ou quadro rígido, sem a necessidade de manuseio do teclado ou do computador, explicou.



Romero Jucá coloca seu gabinete à disposição dos prefeitos interessados

Ana Rita lamenta resultados do Enem em seu estado

A necessidade de melhorar a qualidade da escola pública no Espírito Santo e no país foi tema de discurso de Ana Rita (PT-ES). Apesar de seu estado desfrutar de um dos maiores índices de crescimento econômico, superior inclusive à média nacional, a senadora lamentou o resultado obtido pelas escolas incluídas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O estado ocupou a última posição entre as 23 mil escolas públicas e particulares avaliadas e teve ainda 31 escolas na lista das cem piores.

– Um resultado lamentável, que indica a falta de sensibilidade e de compromisso dos governos anteriores para investir na educação pública – disse.

Entre as ações para melhorar o quadro, Ana Rita citou plano de carreira para os professores, investimentos em formação profissional e escolha de dirigentes por meios democráticos.



Cícero Lucena (C) solicitou a audiência com membros da Cruz Vermelha, do Ministério da Saúde e da Procuradoria do Trabalho

Debate aponta problemas em hospital de João Pessoa

Unidade sob gestão da Cruz Vermelha tem irregularidades na contratação de pessoal, leitos improvisados, equipamentos quebrados e assistência precária aos pacientes

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) revelou irregularidades na prestação de serviços da Cruz Vermelha Brasileira ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa (PB). O debate, solicitado por Cícero Lucena (PSDB-PB), indicou desprezo a regras trabalhistas e precariedade no atendimento.

Relatório de auditoria do Ministério do Trabalho, apresentado pelo procurador-chefe do Trabalho da Paraíba, Eduardo Varandas Araruna, apontou sonegação ou atraso no recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), retenção de 278 carteiras de trabalho sem anotação e rescisões contratuais sem quitação.

O procurador também exibiu vídeo sobre inspeção realizada pelo Conselho Regional de Medicina da Paraíba no hospital. Leitos improvisados, equipamentos quebrados e assistência precária foram alguns dos problemas demonstrados.

Sem quadro próprio de funcionários, o hospital está sendo administrado por pessoal contratado sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio da Cruz Vermelha Brasileira, que – ainda segundo Eduardo Varandas – passou a gerenciar toda a atividade hospitalar.

– Aí não vemos fomento, o que vemos é privatização da saúde pública. Não há interesse [do governo da Paraíba] em fazer concurso público, pois

isso dá autonomia e qualidade ao serviço. Quem paga por essa estrutura privatizada, terceirizadora, é o cidadão pobre – acusou o procurador.

O assessor de planejamento da Cruz Vermelha Brasileira, Vitor Tadeu Ferreira, afirmou que os serviços prestados pela entidade no hospital não constituem terceirização, mas um contrato de parceria com o poder público.

– O modelo de gestão adotado está dentro dos limites da lei – sustentou Vitor Ferreira.

Quanto aos desvios identificados pelos auditores fiscais do trabalho, o representante da Cruz Vermelha garantiu que a situação dos funcionários dessa unidade de saúde está sendo regularizada.

Envolvimento da Cruz Vermelha causa estranheza

O envolvimento da Cruz Vermelha em denúncias de irregularidades surpreendeu senadores.

– Essa terceirização da saúde caminha para a perda de objeto da função do Estado. Na Paraíba, até o programa Saúde da Família está sendo privatizado – comentou Vital do Rêgo (PMDB-PB), que vai encaminhar requerimento de informações ao Ministério da Saúde sobre a legalidade desse tipo de contrato.

Cícero Lucena comentou que o gestor do hospital, o ginecologista Edmon Gomes da Silva Filho, vinculado à Cruz Vermelha Brasileira, sofreu bloqueio de bens em ação judicial por supostos desvios na Unimed no Rio de Janeiro. O assessor da Cruz Vermelha respondeu que Edmon tem reputação ilibada e sua gestão teria gerado economia mensal de R\$ 3,8 milhões.

Wilson Santiago (PMDB-PB) lamentou a ausência do secretário de Saúde da Paraíba, Waldson Dias de Souza. O estado não enviou representante para esclarecer essas denúncias.

Dois contratos de gestão já foram cancelados

Maranhão e Distrito Federal já desfizeram parcerias de suas secretarias de Saúde com a Cruz Vermelha Brasileira.

No Maranhão, o motivo da suspensão foram deficiências no serviço prestado. No Distrito Federal, o contrato foi cancelado antes mesmo de os serviços começarem.

O secretário de Saúde do Maranhão, Ricardo Murad, não compareceu ao debate, mas o do Distrito Federal, Rafael de Aguiar Barbosa, informou que o contrato cancelado está sendo questionado na Justiça pela Cruz Vermelha. Ele disse acreditar que as organizações sociais têm um papel no sistema público de saúde, mas devem exercê-lo dentro de critérios de transparência, ética e qualidade.

Para o assessor do Ministério da Saúde Paulo Cesar Lorenzato, o foco desse tipo de parceria com organizações sociais deve ser a oferta de serviços de qualidade ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS).

Rolleberg lembra luta das pessoas com deficiência

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) lembrou a passagem do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (21 de setembro) e pediu o esforço de todos para a inclusão plena. Ele afirmou que a ratificação pelo Brasil da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) representa “um marco na luta contra a exclusão e pela igualdade”, mas observou que ainda há muito a fazer.

– Infelizmente, essas deficiências constituem ainda uma significativa barreira para a plena inclusão dessas pessoas – lamentou, informando que, no Brasil, segundo o Censo de 2000, dos 24 milhões de pessoas com deficiência, apenas 9 milhões estavam trabalhando – taxa de ocupação menor do que a verificada no total da população.

Rolleberg registrou seminário da Comissão de Ciência e Tecnologia sobre estratégias para o desenvolvimento tecnológico no Centro-Oeste e cumprimentou a presidente Dilma Rousseff por seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU.

Walter Pinheiro registra dia de mobilização

Walter Pinheiro (PT-BA) registrou a passagem do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Muitos dos quase 25 milhões de brasileiros nessa condição permanecem isolados em casa devido à falta de políticas de acessibilidade no país, disse.

O senador também lamentou a falta de uma cultura que considere as dificuldades dos deficientes, o que levaria a um tratamento digno a essa parcela da população, assim como o estabelecimento de políticas que visem resolver seus problemas de acessibilidade.

– É importante assegurar às pessoas com deficiência a possibilidade de estudar e entrar no mercado de trabalho – afirmou.

O parlamentar sugeriu a criação de uma comissão de acompanhamento permanente, ligada à Comissão de Direitos Humanos, para seguir e fiscalizar os atos em prol das pessoas com deficiência.

Walter Pinheiro também afirmou o compromisso do governo Dilma Rousseff com o combate ao analfabetismo.

Proposta é do senador Cristovam Buarque e recebeu parecer favorável do relator, Roberto Requião. Incluída na pauta da CI, senadores concluíram que é preciso discutir melhor o assunto antes de tomar uma decisão final

Audiência debate suspensão de novas usinas nucleares por 30 anos

AS MEDIDAS QUE o Brasil deve adotar em relação à utilização da energia nuclear serão discutidas em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com a participação de outras comissões. O debate visa subsidiar a discussão de projeto (PLS 405/11) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que propõe a suspensão por 30 anos da construção de novas usinas nucleares no país.

A proposta estava na pauta da CI de ontem e foi retirada para que os senadores discutam melhor o assunto, avaliando a necessidade da suspensão e o prazo adequado à duração dessa medida. O relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), apresentou voto pela aprovação da matéria, que terá decisão terminativa da CI.

Requião observa que o Brasil possui outras fontes de energia limpa e que não precisa investir em energia nuclear. Apesar dos progressivos aperfeiçoamentos da tecnologia, ele avalia que a utilização da energia nuclear, também uma energia limpa, ainda é uma fonte insegura. Um acidente com usinas nucleares, além das perdas humanas, inutiliza recursos naturais e causa prejuízos às gerações futuras, aponta. Apesar disso, Requião considera importante manter pesquisas na área.

– Deixemos que os países que têm tecnologia e precisam dessa energia financiem as pesquisas e corram os riscos. O Brasil tem muitas outras fontes alternativas e não precisa correr esse risco – disse.



Lúcia Vânia preside a CI e comandará o debate

Cristovam afirma que a energia nuclear é uma energia limpa e eficiente, mas que a moratória é importante até que haja garantia de que não haverá riscos em sua utilização.

Após o acidente de Fukushima, no Japão, observou Flexa Ribeiro (PSDB-PA), os países estão reavaliando a utilização da energia nuclear.

– Continuamos construindo Angra 3 como se nada tivesse acontecido – criticou.

Já para Walter Pinheiro (PT-BA), o Brasil precisa de uma política para a área energética. Os países europeus estão desativando suas usinas, mas continuam pesquisando e vendendo usinas prontas, inclusive para o Brasil, afirmou. Para Demóstenes Torres (DEM-GO), não basta a decisão de não construir mais usinas. É preciso discutir o tratamento a ser dado às já existentes.

Walter Pinheiro visitará parque eólico da Europa

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) autorizou o senador Walter Pinheiro (PT-BA) a visitar parques eólicos (que geram energia a partir do vento) da Espanha e Portugal. A finalidade é conhecer a utilização de aerogeradores, pás e torres eólicas, além de um porto adaptado para a geração de energia eólica. A visita, em outubro, será acompanhada por um consultor legislativo do Senado. A decisão da CI depende de ratificação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A comissão ainda aprovou requerimento para realização de audiência pública sobre o tema Perímetros Públicos Irrigados: Gestão e Impactos para a Economia da Região Nordeste. Inácio Arruda (PCdoB-CE), autor da proposta, sugeriu que participem um representante do Ministério de Minas e Energia; o secretário de Irrigação do Ministério da Integração Nacional, Ramon Flávio Gomes Rodrigues; o presidente do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), Elias Fernandes Neto; e o presidente da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Parnaíba (Codevasf), Clementino de Souza Coelho.



Senadores Roberto Requião (E), relator, e Wellington Dias, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro: preocupação em garantir fontes de energia limpa, mas seguras

Programa Nuclear Brasileiro

As duas usinas em operação no Brasil (Angra 1 e 2) respondem por 3% da energia elétrica consumida no país



Fonte: Eletronuclear

Paim quer acordo sobre royalties do petróleo

Paulo Paim (PT-RS) destacou manifesto em que os deputados do Rio Grande do Sul defendem o entendimento como forma de evitar a derrubada do veto presidencial à chamada Emenda Ibsen, que reparte entre todos os estados os royalties do petróleo.

Para o senador, o entendimento entre as lideranças partidárias sobre a matéria é importante porque, se o veto presidencial à emenda for votado, será derrubado. Assim, acredita o parlamentar, os estados perdedores ingressarão no Supremo Tribunal Federal (STF).

Paim também cumprimentou a TV Senado pelo programa mensal *Assunto de Estado*, que reúne os senadores de cada bancada estadual para um debate.

Cristovam: pré-sal tem de transformar o país

Cristovam Buarque (PDT-DF) informou ter apresentado ontem, junto com Aloysio Nunes (PSDB-SP), proposta sobre a utilização da rentabilidade do Fundo Social a ser formado com recursos do petróleo da camada pré-sal. O dinheiro, segundo o senador, deveria ser usado apenas em “áreas transformadoras”.

Para ele, ao investir em educação básica, ciência e tecnologia, o Brasil tornará perenes os recursos provenientes do petróleo. O senador estimou em R\$ 40 bilhões o total disponível em 2020.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Pinheiro pede aval para tirar gás na costa baiana

Walter Pinheiro (PT-BA) pediu que o Ibama reavalie a negativa dada à empresa americana El Paso para exploração de petróleo e gás ao longo da costa da Bahia. O instituto negou a licença de exploração na bacia de Camamu/Almada devido à proximidade com a costa e ao perigo que isso representaria em caso de vazamento. O Ibama alegou ainda que a exploração ameaçaria o local, rico em recifes de coral e biodiversidade marinha.

– É preciso um novo olhar sobre a exploração desse óleo na Bahia – disse o senador, ressaltando que a Bahia tem hoje 1.695 postos produtores de petróleo. Desse total, 98,6% explorados pela Petrobras e apenas 1,4% por companhias privadas.

Quem reflorestar poderá reduzir IR

Pessoas físicas e jurídicas que aplicarem recursos em projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar poderão ser beneficiadas com a redução do Imposto de Renda. É o que determina projeto do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De acordo com a proposta (PLS 249/11), as deduções para pessoa física se limitam a 6% do imposto devido. Para pessoa jurídica, serão autorizadas deduções de até 4% do imposto devido, mas os valores apurados deverão ser considerados para cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

A decisão terminativa sobre a matéria caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Comissão vai tratar das áreas quilombolas

A CRA aprovou a realização de três audiências públicas. Por sugestão de Ana Amélia (PP-RS), a comissão debaterá a regularização fundiária de territórios quilombolas e a demarcação de terras indígenas. A audiência será realizada em 14 de outubro, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com a participação dos presidentes do Incra e da Funai, entre outros.

Por iniciativa de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), representantes do Parlamento Amazônico serão convidados a debater o Código Florestal. Clésio Andrade (PR-MG), por sua vez, propôs discutir o impacto do novo código na produção de café em Minas Gerais. Estas duas últimas audiências ainda não têm data marcada.

Presidente da ANA fala sobre mudança no clima

Eleito no final de agosto para comandar a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Sérgio Souza (PMDB-PR) anunciou os próximos passos da comissão. Após ouvir técnicos dos ministérios de Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente sobre aquecimento global e colher informações atualizadas sobre o assunto, a comissão vai ouvir o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo. Na sede da Itaipu Binacional em Foz do Iguaçu (PR), será discutido o impacto das mudanças climáticas na produção de energia hidrelétrica.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Ana Amélia defende carvão da região Sul

Ana Amélia (PP-RS) pediu a inclusão da energia térmica no leilão A-5, para a contratação de energia que deverá ser usada em 2016. O edital prevê a compra de energia de fontes hídricas, eólicas, de gás e de biomassa, mas não do carvão, o que poderá “inviabilizar economicamente a região carbonífera do Sul do país”, disse a senadora.

Segundo Ana Amélia, o Rio Grande do Sul importa 65% da energia que consome. A ausência da energia térmica no leilão, disse, inviabilizaria sete novos projetos e geraria o risco de fechamento de usinas já existentes.



Waldemir Barreto/Senado Federal